

Lógicas institucionais e Multiracionalidades: revisão sistemática da literatura para a análise do comportamento cooperativo

Andréia Maria Kremer¹

Rafael Todescato Cavalheiro²

Resumo: Este estudo teve por objetivo analisar quais as contribuições dos conceitos de lógicas institucionais e racionalidades múltiplas para a análise do comportamento cooperativo dos indivíduos. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura. Foram selecionados 24 artigos publicados nas bases de dados Scopus, Science Direct e Web of Science. Os estudos, de forma geral, se pautam em discussões acerca da influência das lógicas ou racionalidades na tomada de decisão dos indivíduos, nos processos de planejamento e nos conflitos intra e interorganizacionais. A identificação e caracterização de lógicas ou racionalidades divergentes permite a negociação e criação de lógicas híbridas, legitimadas por todo o grupo. Além disso, os agentes de fronteira também são identificados como alternativas para a solução de conflitos entre diferentes grupos de interesses.

Palavras-chave: Racionalidades; Conflitos organizacionais; ação coletiva.

Institutional logics and Multirationalities: systematic review of the literature for the analysis of cooperative behavior.

Abstract: This study aimed to analyze the contributions of the concepts of institutional logics and multiple rationalities for the analysis of the cooperative behavior of individuals. For this, a systematic review of the literature was carried out. We selected 24 papers published in the Scopus, Science Direct and Web of Science databases. The studies, in general, are based on discussions about the influence of the logic or rationalities in the decision making of the individuals, in the planning processes and in the intra and interorganizational conflicts. The identification and characterization of divergent logics or rationalities allows the negotiation and creation of hybrid logics, legitimized by the whole group. In addition, border agents are also identified as alternatives for resolving conflicts between different interest groups.

Keywords: Rationalities; Organizational conflicts; collective action.

-
- 1 Doutora em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Especialista em Gestão Empreendedora de Negócios pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). Graduada em Administração pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora formadora na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e professora na Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó (FETAC). Endereço postal: Rua Melvin Jones, 940, Vila América, Dourados/MS. Email: andreiakremer@ufgd.edu.br
 - 2 Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor na Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó (FETAC).

1 Introdução

Tradicionalmente, estudiosos econômicos visualizaram o indivíduo como um ser instrumental e racional, cujas escolhas são realizadas em face do autointeresse na obtenção de recursos, geralmente materiais. A teoria da escolha pública, a teoria da agência, os modelos de atores racionais e a nova economia institucional se pautam nesse indivíduo (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Ao considerar a ação dos indivíduos, Olson (1965) defende que qualquer agente tomará as decisões de como agir baseado exclusivamente em seu próprio custo/benefício. No caso de ações conjuntas com outros indivíduos, o autor menciona que em geral, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses, não agiriam para alcançar os interesses comuns ou do grupo, “a menos que o número de indivíduos do grupo seja bastante pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial” (OLSON, 1965, p. 2).

Essa ideia utilitarista de indivíduo baseado em custo-benefício é contraditória, pois o mercado não é simplesmente um mecanismo de alocação de recursos e muitas das dimensões mais importantes da vida econômica, como o prestígio, o trabalho significativo e a sociabilidade não possuem preços explícitos (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). De acordo com os autores, o trabalho possui outras utilidades positivas, como uma expressão da identidade, valor social do trabalho, posição social, gênero e questões de desempenho, e essas utilidades são social e historicamente estruturadas.

Em consonância com a visão de Friedland e Alford, Ostrom (1998; 2000) critica a visão utilitarista defendida por economistas e afirma que todas as filosofias políticas duradouras reconheceram a natureza humana como misturas complexas, da busca do interesse pessoal, combinadas com a capacidade de adquirir normas internas de comportamento e seguir regras forçadas quando entendidas e percebidas como legítimas.

A participação individual em várias relações sociais deve ser analisada, não apenas em termos dos interesses materiais que o funcionamento das instituições fornece, mas em termos da significação simbólica dessas participações, visto que a sociedade é formada por múltiplas lógicas institucionais, que influenciam nas ações dos indivíduos (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Nesse sentido, em situações que exigem a ação coletiva dos indivíduos, essas podem ser influenciadas pelas mais diversas lógicas institucionais. Os autores mencionam ainda que as diferentes lógicas institucionais podem ser responsáveis pelos conflitos ou sucessos nas relações.

De acordo com Schedler e Ruegg-Sturm (2014), a abordagem das lógicas institucionais, fornece um quadro teórico que é útil para uma análise de diferentes racionalidades. Os autores apresentam o conceito de multiracionalidades, que refere-se a várias racionalidades simultaneamente, em uma mesma organização, que influenciam na tomada de decisão. De acordo com os autores, diferentes racionalidades levam a uma situação em que as diferenças sobre as posições não podem ser explicadas por meio de razões que parecem lógicas, visto que existe uma incompatibilidade entre as diferentes racionalidades.

A diferença entre a abordagem das lógicas institucionais e das multiracionalidades é que as lógicas institucionais focam nas instituições e seus impactos, enquanto as multiracionalidades focam nas racionalidades como base e resultado das interações sociais (SCHEDLER; RUEGG-STURM, 2014). De

acordo com os autores, os dois conceitos têm um ponto de partida diferente, mas sobrepõem-se em grande medida às suas consequências práticas.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar quais as contribuições dos conceitos de lógicas institucionais e racionalidades múltiplas para a análise do comportamento cooperativo dos indivíduos. A relevância deste estudo está na identificação de fatores, relacionados às teorias citadas, que possam contribuir para a explicação da ação coletiva entre os indivíduos, no sentido de “trabalhar juntos”, nos mais diversos setores da sociedade.

2 Lógicas Institucionais

A visão tradicional dos mercados tem sido ao longo do tempo questionada por autores que buscam a aplicação de uma visão mais sociológica dos mercados. Granovetter (1985) argumenta que todas as formas de interação econômica estavam centradas nas relações sociais, o que ele chamou de *embeddedness* de mercado. Existe uma sociologia subjacente aos processos econômicos e uma pluralidade de relações sociais que estruturam os mercados dentro e entre as sociedades (FLIGSTEIN, 1985, 1996). De acordo com o autor, os mercados são construções sociais que refletem a construção político-cultural de suas empresas.

O neo-institucionalismo propôs que a ideia central de que as organizações estão profundamente inseridas em ambientes sociais e políticos sugere que as práticas e estruturas organizacionais são muitas vezes reflexões ou respostas a regras, crenças e convenções incorporadas no ambiente mais amplo (POWELL, 2007). Friedland e Alford (1991) defendem que a sociedade é um sistema interinstitucional contraditório, ou seja, que é composta por diferentes instituições que podem ser contraditórias ou possuir relações entre si e, portanto, não podem ser analisadas de forma isolada. As instituições são consideradas “sistemas simbólicos, formas de ordenar a realidade e, assim, tornar a experiência de tempo e espaço significativa” (FRIEDLAND; ALFORD, 1991, p. 243). Mediante o conceito apresentado, os referidos autores afirmam que a sociedade é formada por diversas lógicas institucionais.

Esse conjunto de regras institucionais é relacionado aos principais setores da sociedade, como o mercado, o estado, a corporação, as profissões, a religião, a família (FRIEDLAND; ALFORD, 1991) e a indústria (THORNTON; OCASIO, 1999). Esses setores são definidos por um conjunto de símbolos culturais e práticas materiais que compõem seus princípios organizacionais, que explicam os vocabulários de motivos, as lógicas de ação e os sentidos de si próprios para os participantes do setor (FUENFSCHILLING; TRUFFER, 2014; SMETS; GREENWOOD; LOUNSBURY, 2015; THORNTON; JONES; KURY, 2005).

Nesse sentido, as lógicas institucionais são práticas materiais, suposições, valores, crenças e regras pelas quais os indivíduos produzem e reproduzem sua subsistência material, organizam o tempo e o espaço e dão sentido à sua realidade social (THORNTON; OCASIO, 1999), são simbolicamente fundamentadas, estruturadas organizacionalmente, politicamente defendidas e tecnicamente e materialmente impostas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

As lógicas fornecem aos indivíduos e organizações sistemas de significado e critérios para entender os papéis, identidades e comportamentos sociais apropriados (SMETS; GREENWOOD; LOUNSBURY,

2015; FUENFSCHILLING; TRUFFER, 2014). Isso significa que dois atores podem perceber e agir sobre a mesma situação de forma muito diferente devido às diferentes lógicas institucionais nas quais eles operam (SMINK et al., 2015). Tal situação pode ser explicada pela proposição de Fejerskov (2016), de que as lógicas funcionam tanto em um sentido latente como aparente: aparente pelo modo de agir intencional e latente pela forma involuntária ou imprevisível que elas orientam ou moldam as interpretações e ações dos atores.

Essa multiplicidade de lógicas que forma a sociedade levam a complexidade e pluralidade das organizações (GREENWOOD et al., 2011), visto que os indivíduos que compõem uma organização podem ser guiados por diferentes lógicas. Todos os campos são caracterizados por uma multiplicidade de lógicas, mesmo que alguma pareça mais dominante que outras, mesmo assim será caracterizado por demandas conflitantes (FEJERSKOV, 2016). Thornton, Jones e Kury (2005) e Greenwood et al., (2011) defendem que quando os atores e organizações individuais são influenciados pelas lógicas de múltiplos setores, eles atuam de forma híbrida. Algumas das lutas mais importantes entre grupos, organizações e classes são sobre as relações apropriadas entre instituições e por qual lógica institucional as diferentes atividades devem ser reguladas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Lee e Lounsbury (2015) afirmam que ao longo dos últimos anos, o escopo da pesquisa sobre as lógicas institucionais tem buscado estudar como as organizações respondem a complexidade institucional que envolve diversas pressões associadas a lógicas institucionais múltiplas e seus conflitos. Nesse sentido, as lógicas institucionais têm sido utilizadas como base para análises empíricas em diversos setores como indústria de publicações (THORNTON; OCASIO, 1999; THORNTON; JONES; KURY, 2005), finanças (LOUNSBURY, 2007; MARQUIS; LOUNSBURY, 2007), legislação (SMETS; GREENWOOD; LOUNSBURY, 2015), tecnologia da informação (MARSCHOLLEK; BECK, 2012), saúde (GOODRICK; REAY, 2011; DUNN; JONES, 2010), microfinanças (ZHAO; LOUNSBURY, 2016), arquitetura e contabilidade (THORNTON; JONES; KURY, 2005), negócios familiares (JASKIEWICZ et al., 2016; REAY; JASKIEWICZ; HININGS, 2015), sindicatos (PERNICKA; REICHEL, 2014) e escritórios para resolução de conflitos (PURDY; GRAY, 2009).

Considerando que diversos autores defendem que as lógicas institucionais influenciam nos comportamentos dos agentes, nos mais variados setores, busca-se nesse estudo verificar como essas lógicas, juntamente com o conceito de racionalidades múltiplas tem sido abordada na literatura como influenciadora do comportamento coletivo dos indivíduos.

3 Racionalidade Múltiplas

Os economistas tradicionais argumentam que a tomada de decisão pelos indivíduos ocorre de forma racional e que os outros cientistas sociais analisam as bases irracionais que impedem as pessoas de fazerem as escolhas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Desde a era do Iluminismo, considerou-se que as decisões e os conhecimentos só são bons se forem fundamentados por meio de reflexão e análise racionais (SCHEDLER; RUEGG-STURM, 2014). Nesse sentido, as ações e decisões são classificadas em racionais e irracionais.

A racionalidade, nesse contexto, é entendida como uma lógica de ação, com uma maneira específica

de pensar, falar e agir, que resulta em um sentido lógico em si mesma (SCHEDLER; RUEGG-STURM, 2014). De acordo com os autores, a racionalidade estabelece um tipo ideal e permite que as pessoas tomem decisões e atuem como uma comunidade.

A racionalidade pode ser considerada como produto da interação social e da colaboração e não meramente uma característica organizacional (CABANTOUS; GOND; JOHNSON-CRAMER, 2010). Esse sentido coletivista-construtivista da racionalidade considera-a como um resultado e um pré-requisito dos processos de interação em grupos de atores, que definirá se determinada ação é legítima perante aquele grupo (SCHEDLER; RUEGG-STURM, 2014).

Os padrões racionais considerados legítimos podem ser alterados ao longo do tempo, por diversos fatores, contudo, para que o grupo possua uma identidade de significados, considerado pelo grupo como racionais, é necessária certa estabilidade. Schedler, Ruegg-Sturm, (2014) defendem que esse conjunto de significados compartilhado pelos diversos grupos pode levar a diferentes comportamentos dos indivíduos em uma mesma situação.

Contudo, essas diferentes racionalidades podem levar a situações de conflitos que precisam ser gerenciadas pelas organizações, visto que a falta de compreensão e o fracasso da comunicação entre parceiros racionalmente diferentes levam a acusações mútuas de irracionalidade, o que resulta em conflitos na capacidade coletiva e cooperativa de atuar (SCHEDLER; RUEGG-STURM, 2014). Nesse sentido, as racionalidades múltiplas podem ser consideradas fatores positivos e negativos na cooperação entre indivíduos.

4 Metodologia

Esse estudo tem como finalidade analisar como os conceitos de lógicas institucionais e racionalidades múltiplas têm sido utilizados na análise do comportamento cooperativo dos indivíduos, para tanto, foi utilizada a metodologia da revisão sistemática da literatura. A revisão sistemática é uma metodologia de busca definida e metódica que visa identificar, avaliar e analisar estudos primários publicados com a finalidade de investigar uma questão de pesquisa específica (STAPLES; NIAZI, 2007).

De acordo com Staples e Niazi (2007), ao encontrar, avaliar e resumir todas as evidências disponíveis sobre uma questão específica de pesquisa, uma revisão sistemática pode fornecer um nível de validade superior em suas descobertas do que seria possível em qualquer um dos estudos primários pesquisados na revisão sistemática. Contudo, os autores mencionam que para ter validade a revisão sistemática da literatura deve seguir rigoroso protocolo de busca e análise. Nesse sentido, este estudo segue os passos definidos por Staples e Niazi (2007) para realização da revisão proposta.

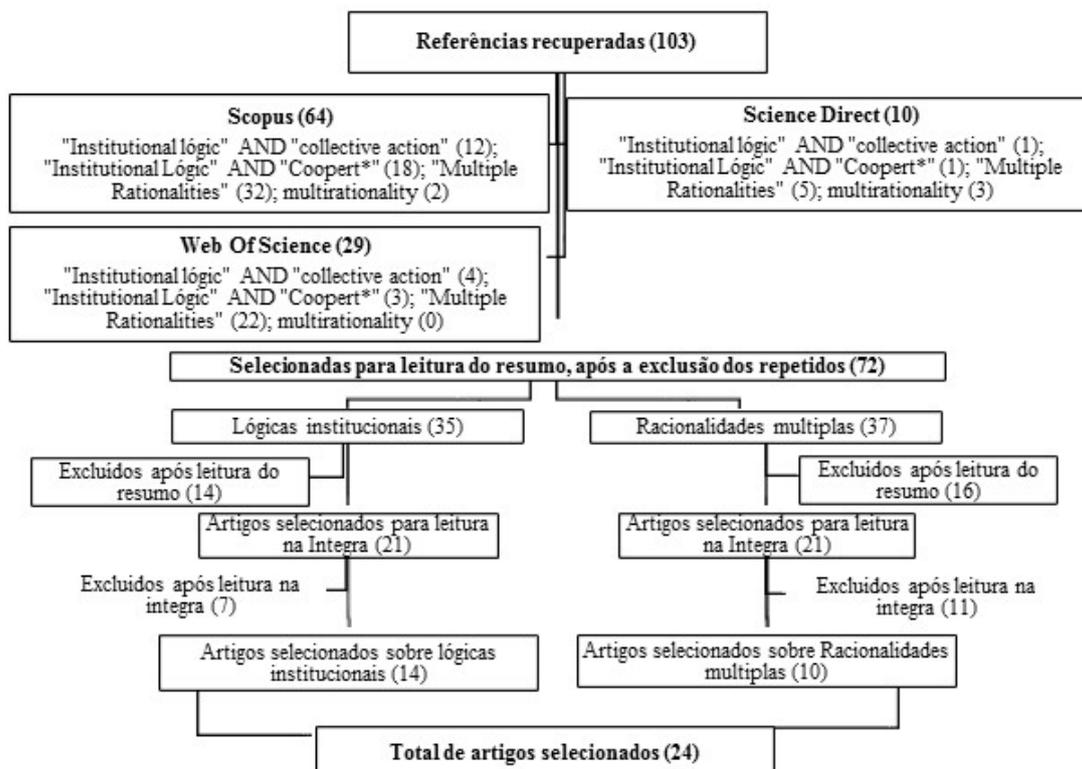
Os dados primários foram coletados nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Science Direct*, entre os dias 11 e 12 de maio de 2017. A escolha pelas bases de dados decorre de sua cobertura global e completa dos assuntos propostos, reconhecidamente estruturadas para análise de informação (ANDALIA; LABRADA; CASTELLS, 2010; PINTO; SERRA; FERREIRA, 2014; PRADO et al, 2016). Na coleta de dados buscou-se nas bases de dados pelas palavras-chaves “*Institutional logic*” AND “*Collective action*”; “*Institutional logic*” AND “*cooperat**”; “*multirationality*”; “*Multiple rationalities*”. Na combinação com o

termo *Institutional logic* foi utilizado o termo *cooperat**, com a truncagem de palavras com a mesma raiz, ou seja, localizar artigos com os termos *cooperation*, *cooperative*, entre outros que possuem a mesma raiz. Os termos *multirationality* e *multiple rationalities* foram buscados isoladamente, visto que na combinação com os termos *cooperat** e *collective action* não foram obtidos resultados. Nesse sentido, optou-se por analisar os estudos obtidos com a utilização dos termos isolados.

Na base *Web of Science* utilizou-se a coleção principal para a pesquisa, com a busca dos termos no tópico, no *Scopus* e no *Science Direct* a busca foi realizada nos *Article title*, *Abstract* e *Keywords*. Em todas as bases de dados foram utilizados como filtros a busca por artigos e revisões, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os resultados obtidos foram importados para o software *StArt*, versão 3.3, com a finalidade de organizar, classificar e analisar os estudos.

Após a coleta dos dados nos periódicos mencionados, foram eliminados os artigos repetidos entre os periódicos e entre as buscas. Os artigos selecionados, que não se repetiram passaram, em seguida, por uma primeira avaliação, mediante a leitura dos resumos. Nessa fase foram eliminados os artigos que não abordavam os temas propostos, artigos em línguas distintas das especificadas no protocolo e materiais que não se enquadravam como artigos de periódicos, como capítulos de livros e artigos de congresso. Após a seleção pelos resumos, foi realizada a leitura completa dos artigos selecionados para a realização de uma nova seleção. O Fluxograma 1 apresenta os resultados obtidos:

Fluxograma 1: Etapas e resultados quantitativos da extração dos dados



Conforme apresentado no Fluxograma 1, após a leitura dos textos completos, foram selecionados 24 artigos. A análise do conteúdo dos selecionados é apresentada na seção a seguir.

5 Resultados e Discussões

Nessa seção são apresentados os estudos selecionados. Optou-se pela apresentação em tópicos distintos devido a diferença entre os conceitos, proposta por Schedler e Ruegg-Sturm (2014), apresentadas anteriormente. Contudo, cabe salientar que de forma comum, tanto os estudos baseados em lógicas institucionais como em multiracionalidades, apresentam características similares nos tipos de estudos realizados e nas técnicas de coleta e análise de dados.

Verifica-se uma predominância dos estudos qualitativos, em ambos os temas, associado principalmente à natureza da análise. De acordo com Schlüter (2010) a pesquisa qualitativa é cada vez mais importante na análise da economia institucional, devido a necessidade de abordar a cognição e os modelos mentais que influenciam as escolhas. Devido à natureza qualitativa e os tipos de estudo realizados, são predominantes os estudos com a coleta de dados através de entrevistas, análises documentais e observações. A coleta de dados através desses instrumentos permite a caracterização da lógicas e das racionalidades existentes nos diversos contextos. A seguir serão apresentados os estudos de forma detalhada.

5.1 Lógicas institucionais

Através da análise dos artigos selecionados verificou-se que as lógicas institucionais têm sido utilizadas para análise de diversos comportamentos individuais e organizacionais nos mais diversos setores. Na análise do processo de escolha individual, Pernicka e Reichel (2014) apresentam uma discussão sobre como as diferentes lógicas institucionais podem explicar o comportamento de indivíduos altamente qualificados na decisão de associação à sindicatos.

De acordo com os autores, o trabalho altamente qualificado é marcado por duas lógicas institucionais distintas: lógicas de mercado, representando os consultores de gestão, e lógicas profissionais, representando os professores universitários. Apesar de possuir níveis de qualificação similares, os dois grupos apresentaram comportamentos diferentes em relação à associação à sindicatos, explicados pelas lógicas institucionais que pertencem (PERNICKA; REICHEL, 2014).

Comportamentos diferentes, em grupos similares, também foram analisados por Goodrick e Reay (2011), que abordaram as diferentes lógicas, associadas a mesma profissão ao longo do tempo. As autoras analisaram documentos históricos, com a finalidade de identificar como as lógicas profissionais, estaduais, corporativas e de mercado se relacionaram aos farmacêuticos durante o tempo. O trabalho profissional é orientado por uma constelação de lógicas derivadas de uma sociedade mais ampla, que influenciaram o trabalho farmacêutico durante os 5 períodos históricos abordados no estudo (GOODRICK; REAY, 2011).

No nível organizacional, a discussão sobre as lógicas institucionais distintas concentram-se nas relações entre o público e o privado, nas relações entre diferentes países e no impacto das diferentes lógicas na tomada de decisão. Marschollek e Beck (2012) discutem a questão das lógicas institucionais ao relacioná-las as diferenças culturais das organizações do setor público e do setor privado e o alinhamento dessas diferenças para uma colaboração efetiva nas Parcerias Público-Privadas - PPP de Tecnologia de informação. Os autores apresentam aspectos característicos de duas lógicas distintas, relacionadas ao

setor público e ao setor privado, que determinam o comportamento dos indivíduos nos processos de cooperação em PPP. A possibilidade de sucesso nesse tipo de cooperação é dependente de uma adaptação e alinhamento das diferenças culturais para criar uma norma de parceria, incorporada por um equilíbrio constante de normas públicas e privadas, e práticas, ilustradas por procedimentos de gerenciamento de parceria (MARSCHOLLEK; BECK, 2012).

No mesmo caminho, Azadegan, Napshin e Oke (2013) analisam a influência das lógicas distintas nas parcerias para inovação em 345 manufaturas chinesas. De acordo com os autores, as diferentes lógicas entre os parceiros atrapalham o desenvolvimento e inovação dos grupos, diferentemente dos casos em que as organizações parceiras operam sob as mesmas lógicas.

Bode (2013) também aborda a relação entre o público e o privado ao analisar as mudanças que ocorreram no sistema de saúde alemão, a partir da necessidade de direcionamento econômico dos hospitais. De acordo com o autor, os hospitais públicos começaram a seguir uma lógica de mercado, onde existem incentivos para eles não só para tratar os pacientes com os menores custos possíveis, mas para preencher suas camas a qualquer preço. Tal situação leva a um conflito entre a “lógica da missão pública” e a “lógica comercial”. De acordo com o autor a solução encontrada, para solucionar o conflito de lógicas, foi a mobilização de diversos atores envolvidos na obtenção de formas públicas de financiamento que possibilitem a melhoria e ampliação dos atendimentos.

Na análise da influência das lógicas institucionais na relação entre diferentes países é possível citar os estudos de Ansari, Wijen e Gray (2013), Henökl (2015), Bremberg e Britz (2009) e Fejerskov (2016). Ansari, Wijen e Gray (2013) abordam a lógica institucional na análise da governança dos bens comuns transnacionais. Os autores buscaram identificar o que constitui uma lógica comum e quais mecanismos induzem atores com lógicas conflitantes a chegar em um consenso e promover a construção de uma lógica comum em um campo transnacional.

Para atingir uma lógica comum aos diversos agentes envolvidos é necessária a superação de três condições básicas: 1) construir um acordo em torno da interconectividade dos destinos dos atores relacionados a um bem comum; 2) admitir a cumplicidade coletiva na criação do problema comum; e 3) compartilhar a compreensão de como abordar conjuntamente o problema (ANSARI; WIJEN; GRAY, 2013). De acordo com os autores, a lógica comum deve ser um modelo híbrido, formado pelas mais diversas lógicas existentes no grupo. As condições apresentadas pelos autores possibilitam a análise dos motivos que levam alguns grupos a fracassarem nas ações coletivas em prol de bens comuns, e até mesmo em situações nas quais os indivíduos precisam solucionar problemas conjuntos.

Henökl (2015) aborda a questão de diferentes lógicas em sistemas transnacionais ao analisar o comportamento de tomada de decisão, na *European External Action Service* (EEAS). Ao avaliar empiricamente quais premissas de decisão são predominantes no EEAS e qual a lógica que se segue ao tomar decisões, o autor verificou que os comportamentos de tomada de decisão são influenciados por diferentes lógicas institucionais dos funcionários, que são determinadas principalmente pelo tipo de emprego (temporário ou permanente) e pela fonte de recrutamento (intergovernamentais ou supranacionais), caracterizando as duas lógicas institucionais predominantes na EEAS (HENÖKL, 2015).

Bremberg e Britz (2009) analisam o sistema de proteção civil da União Europeia, com a finalidade de identificar a lógica institucional determinante nos países que compõem o grupo e visualizar como as divergentes lógicas podem interferir no desenvolvimento da proteção civil conjunta na União Europeia. Os autores mencionam que a Europa pode ser dividida em dois grupos, de acordo com as suas características relativas a defesa, o grupo do sul e o grupo do norte. Nesse sentido, os autores analisaram um país de cada grupo, através de análises documentais e entrevistas para identificar os valores, crenças e práticas de cada país. Foram identificadas diferentes lógicas institucionais em cada país analisado, que diferem da lógica da União Europeia. Dessa forma, verifica-se que sem uma lógica dominante que favoreça uma maior integração e, assim, trabalhe para estabilizar o campo, o desenvolvimento atual da organização da proteção civil da UE continuará a ser dominado pela luta em um campo instável (BREMBERG; BRITZ, 2009).

Fejerskov (2016) aborda a questão das lógicas transacionais ao analisar a existência de duas lógicas distintas em um organismo internacional, não estatal, relacionado a cooperação para o desenvolvimento. O autor buscou analisar as características da lógica de defesa de igualdade de gênero, com o empoderamento das mulheres, e da lógica relacionada a defesa do custo-benefício e explorar empiricamente o que acontece quando essas lógicas se encontram na Fundação Bill e Melinda Gates. Para a identificação das características e dos efeitos das distintas lógicas na organização, foram realizadas 50 entrevistas com funcionários atuais e antigos, em diferentes níveis de autoridade e em diferentes departamentos.

Devido a sua natureza subjetiva, Fejerskov (2016) propõe quatro fatores analíticos que podem ser usados para identificar e discutir a natureza das lógicas institucionais na prática: enquadramento diagnóstico e prognóstico, percepções da mudança e da temporalidade da lógica, perspectivas de escala e conhecimento subjacentes à lógica e o modo de operação da lógica. O autor avalia cada uma das lógicas estudadas, de acordo com esses quatro fatores de análise e identifica que as duas lógicas têm diferenças conceituais significativas. Contudo, na sua manifestação prática, essas lógicas não são necessariamente incompatíveis, mas na mistura dessas lógicas as características principais não podem ser totalmente mantidas, ou seja, as características se moldam para a formação híbrida. A análise das diferenças das lógicas institucionais e do comportamento destas quando em contato com outras permite compreender as diferentes formas de agir nas organizações (FEJERSKOV, 2016).

A análise das diferentes lógicas existentes em relações transnacionais permite entender os motivos que levam acordos internacionais a fracassar e quais as alternativas que possibilitam a hibridização das lógicas de forma a atingir os objetivos do grupo como um todo. Os fatores analíticos, propostos por Fejerskov (2016), podem ser utilizados para caracterização das lógicas institucionais em outros contextos e situações.

Esse tipo de conflito entre organizações com lógicas divergentes em uma transação, não são exclusividade do nível transnacional. Dentro de uma mesma nação ou região, e até mesmo dentro de uma organização, diferentes lógicas podem causar conflitos. Ojansivu e Alajoutsijärvi (2015) analisaram, através de dois estudos de casos, as tensões que ocorrem entre grupos profissionais de projetos de serviço intensivo. Em organizações baseadas em projetos, várias profissões tendem a trabalhar juntas, e cada uma dessas profissões possuem normas e valores específicos. Os autores seguem a visão de que cada profissão possui lógicas institucionais distintas que podem concorrer entre si no gerenciamento dos projetos.

Dentre o grupo estudado, dois grupos se destacavam em número de conflitos, os grupos nomeados como desenvolvedores de tecnologias e desenvolvedores de relacionamentos, devido as distintas lógicas institucionais que conduziam o comportamento desses indivíduos. Além das lógicas, outros fatores podem influenciar a possibilidade de conflitos, como o produto ou serviço prestado, a temporalidade e o tipo de atividade desempenhada (OJANSIVU; ALAJOUTSIJÄRVI, 2015).

No campo organizacional, tais estudos são relevantes para identificar quão profundamente essas lógicas institucionais estão enraizadas na organização e se manifestam em estereótipos, percepções de confiança, política interna e falta de cooperação. Esse tipo de estudo permite as organizações ampliar a integração entre os diferentes grupos profissionais, promovendo a confiança e as práticas informais entre eles, em vez de decisões hierárquicas, que podem gerar uma redução nas tensões incorporadas (OJANSIVU; ALAJOUTSIJÄRVI, 2015).

Outra solução para minimização dos conflitos é a existência dos agentes de fronteiras, propostos por Smink et al. (2015). Os autores analisaram a dificuldade de inserção do gás biometano na rede de gás natural na Holanda, através da abordagem do papel das divergentes lógicas institucionais nessa relação. Os autores focam a atenção na elucidação do confronto entre a lógica hierárquica, que orienta os operadores de rede, e a lógica empresária, que orienta os produtores do gás biometano.

Os agentes ou organizações de fronteiras são apontados como minimizadores dos conflitos entre as lógicas, que teriam como missão o estabelecimento de cooperação entre dois grupos distintos. Esses agentes podem obter sucesso através de quatro tarefas principais: organizar o contato presencial entre as partes interessadas para promover a construção de confiança e a compreensão mútua, tradução de informações e recursos para assegurar que toda comunicação seja compreensível para pessoas e organizações que cooperam, facilitar a colaboração, reunindo grupos cooperativos para um diálogo franco e transparente, orientado para o estabelecimento de relações de trabalho produtivas e mediação para assegurar a representação justa dos diversos interesses das partes interessadas (SMINK et al., 2015). De acordo com os autores, os agentes de fronteira são um fator essencial para permitir a cooperação bem-sucedida entre organizações anteriormente não relacionadas e apesar de não eximir todas as formas de conflitos entre as lógicas divergentes, possibilitou um trabalho mais cooperativo entre os produtores de biometano e os operadores da rede de gás natural.

Em alguns setores ou organizações, os agentes de fronteira exercem essa função devido ao papel que desempenham na organização. Teixeira, Roglio e Marcon (2017) apresentam o caso da Cooperativa Agropecuária Holambra, demonstrando o papel dos conselhos como intermediador na solução de conflitos na tomada de decisão entre os grupos, que defendem diferentes lógicas institucionais. Os autores buscaram avaliar o processo de tomada de decisão dos cooperados em adotar uma estrutura de governança. Nas atividades de tomada de decisão da cooperativa, os diferentes grupos de atores interagem e esse processo resultou na hibridização das formas organizacionais de cooperativismo e governança corporativa, ou seja, uma hibridização das lógicas institucionais (TEIXEIRA; ROGLIO; MARCON, 2017).

Leszczyńska e Thénot (2015) realizam estudo similar em uma cooperativa agrícola francesa com o objetivo de demonstrar o efeito de duas lógicas distintas na evolução das práticas nessa cooperativa. Os resultados apresentados no estudo mostram que pode ser possível encontrar um equilíbrio entre lógicas

cooperativas e capitalistas, se for criada uma estrutura de governança apropriada, assim como proposto por Teixeira, Roglio e Marcon (2017).

Além do impacto na tomada de decisões, as lógicas institucionais também têm sido estudadas como influentes no processo de aprendizagem organizacional. Vasudeva, Alexander e Jones (2014) investigaram como as lógicas institucionais das empresas participantes alteram sua propensão para aprender através das fronteiras organizacionais e tecnológicas em organizações de definição de padrões (SSOs). De acordo com os autores, o nível de corporativismo, que caracteriza os países de origem das empresas participantes, ativa lógicas institucionais distintas que promovem abordagens cooperativas versus competitivas dentro de um SSO. Quando o ambiente possui uma lógica dominante distinta, a aprendizagem interorganizacional é comprometida, e quando as lógicas são similares, a aprendizagem tende a atingir maiores níveis de sucesso.

Verifica-se uma predominância de estudos abordando o papel das lógicas institucionais concorrentes nos conflitos intra e interorganizacionais. Os autores em sua maioria se baseiam nos conceitos de lógicas institucionais propostos por Friedland e Alford (1991) e Thornton e Ocasio (1999). Para teorizar o conflito entre as lógicas institucionais, Smink et al. (2015) apresentam ainda uma breve discussão sobre as racionalidades e sobre a teoria cultural, apresentando-as como similares as lógicas institucionais.

5.2 Multiracionalidades

Em 1984, Richard Caputo apresenta um estudo analisando as percepções de risco e soluções para os problemas relacionados à energia. Caputo (1984) analisa, de forma teórica, a existência de diferentes racionalidades que podem ser as causadoras de conflitos entre indivíduos, com relação a energia. O autor utiliza como base as categorias culturais da antropologia para classificar os agentes, e identifica diferentes formas de visualização dos riscos e dos problemas, conceituadas pelo autor como racionalidades.

Ser racional em um sistema social constituído por múltiplas racionalidades é reconhecer que existe mais de um sistema de racionalidade individual ou grupal, e isso possibilitaria descrever as visões dominantes e o provável conflito social em relação às opções de energia (CAPUTO, 1984).

Seguindo a mesma linha, Dermer e Lucas (1986) afirmam que as organizações são formadas por indivíduos que, sozinhos e em grupos, lutam para encontrar seus interesses e ao fazê-lo, entram em conflito com outros indivíduos e grupos. Para solucionar esses conflitos os autores propõem que os agentes entrem em negociações que classificam e acomodam interesses em grupo, em um equilíbrio para a organização como um todo. Cada grupo de interesse participante é presumido ter sua própria perspectiva, ter sua própria racionalidade e operar consistentemente dentro dessa racionalidade (DERMER; LUCAS, 1986).

Dermer e Lucas (1986) apresentam uma crítica ao sistema de controle tradicional das organizações, denominado por eles de sistema ilusório de controle, ao afirmar a necessidade de mudança na concepção de controle, de uma concepção “uniracional”, para uma concepção “multiracional”, com a aceitação da legitimidade das diferenças. De acordo com essa perspectiva, o que motiva e o que regula o comportamento dos indivíduos é definido pelos objetivos perseguidos, pela capacidade de efetuar mudanças e pela motivação para fazê-lo. Os autores mencionam que as negociações entre os indivíduos, representando grupos de interesse, formam uma ordem estável composta por três tipos de racionalidades: (1) a racionalidade

técnica do desempenho da tarefa com foco no objetivo de eficiência; (2) a racionalidade organizacional da comunicação e da cooperação, enfocando um esforço de coordenação para o objetivo; (3) a racionalidade política, mediando entre partidos conflitantes buscando seus próprios interesses, para o objetivo de estabilidade e equidade percebida (DERMER; LUCAS, 1986). Nesse caso, cabe a gestão a identificação e coordenação dessas diferentes racionalidades para que estas entrem em equilíbrio.

Além dos conflitos internos e do controle da gestão, outros aspectos têm sido abordados nas organizações através das lentes das multiracionalidades, como é o caso da tomada de decisão, planejamento, mudanças organizacionais e políticas públicas. Singer (1991) apresenta uma discussão teórica de como as diversas racionalidades podem impactar na tomada de decisão estratégica. O autor apresenta as formas calculadas versus sistêmicas, racionalidades voltadas ao meio, racionalidades de crenças e racionalidades voltadas ao fim. São apresentadas características desses diferentes tipos de racionalidades e em seguida são associados os princípios de decisão estratégicos e suas formas implícitas de racionalidade, através de uma função de decisão-racionalidade (DFR) de um modelo. Através dessa função e das características de cada tipo de racionalidade, é possível identificar formas de agir dos indivíduos em tomadas de decisão estratégica (SINGER, 1991).

Levando em consideração a aplicação dos conceitos de multiracionalidades nas organizações, Dyck (1997) analisa os motivos que levam algumas organizações às mudanças transformacionais e outras não. O autor utiliza o conceito de multiracionalidades proposto por Max Weber, de que as ações das pessoas podem ser racionais, levando em consideração um ou mais dos três tipos de racionalidades: racionalidade da eficiência, racionalidade baseada em valor e racionalidade auto-interessada. O estudo foi desenvolvido em um colégio no Canadá, que possibilitou a análise das mudanças organizacionais, que ocorreram ao longo do tempo. Ficou evidente que as transformações foram possibilitadas ou não devido a influências da multiracionalidades, e que as múltiplas racionalidades existentes podem explicar os comportamentos distintos dos agentes ou em situações ao longo do tempo (DYCK, 1997).

Utilizando os três tipos de racionalidades apontadas por Dyck (1997), Jones e Graham (2009) fazem uma análise etnográfica do departamento de produtos de saúde e alimentos do Canadá, durante o processo de inclusão dos cidadãos na revisão regulatória dos produtos de saúde. O objetivo das autoras era verificar a influência dessas múltiplas racionalidades no processo de implantação. A integração de diferentes formas de racionalidades nas regulações, através da participação de indivíduos com diferentes crenças e valores, cria uma base de evidência mais forte para a regulamentação de riscos (JONES; GRAHAM, 2009).

A participação popular, no entanto, pode causar uma série de conflitos e divergências, devido as diferentes racionalidades. Tais situações também são comuns na integração da população em discussões sobre políticas públicas e planejamento público. Hamman (2015) aborda a necessidade de levar em consideração as múltiplas racionalidades nos projetos de trânsito urbano na região metropolitana da França, com a participação de vários grupos interessados. O autor menciona que nesse tipo de projeto, a implementação de uma decisão e o reconhecimento de sua legitimidade pelos habitantes corresponde a uma tarefa difícil, devido aos diferentes grupos de interesses na sociedade. Quando bens comuns estão em jogo, o gestor público precisa, através da negociação, construir uma ordem negociada, que leva em consideração os diferentes valores e princípios (HAMMAN, 2015). Os resultados demonstram o papel da

negociação para a criação de uma ordem compartilhada e legitimada pelos atores envolvidos, minimizando assim controvérsias ao longo do projeto.

Seguindo na mesma linha, Harrison (2006) analisa as teorias convencionais do planejamento urbano existentes. De acordo com o autor, as teorias de planejamento urbano convencionais são baseadas em racionalidades instrumentais e aplicáveis a países do mundo ocidental. Nos países localizados na Ásia, América Latina e Sul da África existe uma pluralidade de racionalidades, derivadas de aspectos sociais, econômicos e culturais que não permitem a aplicação desses pressupostos convencionais e nesses casos, uma nova forma de planejamento deve ser aplicada (HARRISON, 2006). A discussão apresentada pelo autor salienta a importância de se levar em consideração as diferentes racionalidades em políticas públicas, bem como a sensibilidade de identificação das diferenças e o respeito a essas diferenças na gestão de grupos plurais.

Assim como Harrison (2006), Richardson (2005) também apresentou uma discussão crítica com relação a teoria do planejamento, ao associá-la às Avaliações de Impacto Ambiental. De acordo com o autor, no processo de planejamento é necessário estar abertos a perceber diferentes formas de racionalidades e, como prática de concepção comunitária, estar abertos a um diálogo sobre quais as formas de racionalidade apropriadas para sustentar e moldar as práticas (RICHARDSON, 2005).

Nesse sentido, Kay (2011) afirma que a ideia de racionalidade única em processos políticos deve ser abandonada a favor de múltiplos tipos de racionalidade, apropriados a situações e contextos de formulação de políticas. O autor propõe quatro tipos de racionalidades que devem ser consideradas: técnicas, políticas, processuais e transacionais. O reconhecimento de múltiplas racionalidades significa que não há uma relação superior, mas os argumentos alternativos podem ser apresentados como consequência de diferentes valores e critérios, mesmo que sempre haverá alguma sobreposição potencial de alguma racionalidade para que um consenso seja alcançado ou a comunicação seja mantida (KAY, 2011).

A pluralidade das organizações apresentadas até o momento não são restritas a grandes organizações. Seaman, Mcquaid e Pearson (2014) apresentam uma discussão teórica sobre a multiracionalidade presente nas empresas familiares, a partir de uma perspectiva de redes sociais. De acordo com os autores, dentro das empresas familiares existem três tipos distintos de redes, a família, a amizade e os negócios, que podem se sobrepor a tal ponto que é difícil separá-los. Essas redes desempenham um papel vital, mas oferecem diferentes perspectivas, conhecimentos e racionalidades. Além disso, ao longo do tempo, é provável que os membros da família, pertencentes ao negócio, entrem em redes com diferentes pessoas, em diferentes momentos, de diferentes maneiras e para diferentes fins imediatos, trazendo assim uma diversidade de racionalidades para a empresa (SEAMAN; MCQUAID; PEARSON, 2014).

Os estudos de Seaman, Mcquaid e Pearson (2014) refletem a possibilidade de mudança nas racionalidades ao longo do tempo, devido ao contato com outros indivíduos e racionalidades. Esse processo reflete o conceito de multiracionalidades que foca nas racionalidades como base e resultado das interações sociais.

4 Considerações Finais

Este estudo tinha como objetivo analisar quais as contribuições dos conceitos de lógicas institucionais

e racionalidades múltiplas para a análise do comportamento cooperativo dos indivíduos. Após a análise dos estudos, verifica-se que apesar da diferença entre os dois conceitos, apresentada por Schedler e Ruegg-Sturm (2014), as abordagens nos artigos analisados são similares, pautando-se em caracterizações de lógicas ou racionalidades contraditórias e seus impactos nos processos de decisão, no planejamento e nos conflitos.

De forma geral, os estudos analisados são pautados em análises qualitativas das características, relativas a crenças e valores considerados legítimos, de cada uma das lógicas institucionais presentes no contexto em estudo. Cada autor ou grupos de autores apresenta diferentes terminologias para cada tipo de lógica ou racionalidade, sem seguir os padrões apresentados por Friedland e Alford (1991), ou seja, os autores não se limitam a lógicas de mercado, família, profissão, etc.

Conforme mencionado anteriormente, os estudos se pautam em discussões acerca da influência das lógicas ou racionalidades na tomada de decisão dos indivíduos, nos processos de planejamento e nos conflitos intra e interorganizacionais. Ao analisar as contribuições para análise das ações coletivas, é possível afirmar que a identificação de diferentes lógicas nos contextos que exigem ações coletivas permite aos gestores ou aos próprios indivíduos a identificação de fatores que podem causar conflitos e dificultar o trabalho cooperativo.

Nos casos de lógicas ou racionalidades divergentes, a negociação desempenha papel primordial para o estabelecimento de uma lógica comum ao grupo, que atenda os mais diferentes grupos de interesse. Através desse processo de negociação, a lógica híbrida seria legitimada pelo grupo e assim conduziria as ações de forma a atender os interesses do grupo. Outro aspecto importante para a solução de conflitos entre as distintas lógicas, é a existência dos agentes de fronteira, que possuem o papel de intermediação entre indivíduos com lógicas ou racionalidades divergentes.

Com a identificação das lógicas divergentes as empresas poderiam utilizar como artifício a inclusão de agentes de fronteira para solucionar conflitos. Nos grupos comunitários ou auto-organizados, esse papel de intermediador pode ser desempenhado por algum indivíduo que possua os requisitos de conhecimento e aceitação ou por organizações de apoio externas, que conheçam a realidade e as diferentes lógicas que são determinantes no comportamento do grupo.

A compreensão da existência de múltiplas lógicas ou racionalidades nos grupos permite identificar as razões que levam alguns grupos às ações de sucesso e outros aos conflitos, em ações coletivas. Além disso, permite compreender o motivo de diferentes comportamentos em contextos similares, como o caso dos agentes altamente qualificados (PERNICKA; REICHEL, 2014) e os profissionais da saúde ao longo do tempo (GOODRICK; REAY, 2011). Ao considerar que os indivíduos possuem diferentes formas de interpretar uma situação, devido às diferentes lógicas institucionais ou múltiplas racionalidades que segue, este estudo demonstra a importância de considerar essas diferentes formas de pensar como fator de influência nos comportamentos individuais e, conseqüentemente, na análise da ação coletiva. Nesse sentido, para que a vida social ocorra é necessário o estabelecimento de acordos. Esses acordos permitem a criação e recriação das racionalidades, conforme defendido pela visão construtivista da racionalidade, através da negociação e aceitação de uma racionalidade híbrida, diminuindo assim a probabilidade de conflitos nas ações coletivas.

Atendendo o objetivo proposto no estudo, a literatura analisada sobre lógicas institucionais e múltiplas racionalidades revelam contribuições para a análise do comportamento cooperativo dos indivíduos, através da identificação da existência de diferentes comportamentos, influenciados por lógicas ou racionalidades divergentes, a possibilidade de negociação e de criação de lógicas ou racionalidades híbridas, para a solução dos conflitos. Estudos futuros podem ser realizados para analisar como ocorre essa influência das lógicas e racionalidades no comportamento, bem como o processo de hibridização.

Referências

- ANDALIA, R. C.; LABRADA, R. R.; CASTELLS, M. M. Scopus: la mayor base de datos de literatura científica arbitrada al alcance de los países subdesarrollados. **ACIMED**, v. 21, n. 3, p. 270-282, 2010. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S102494352010000300002&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- ANSARI, S. S.; WIJEN, F.; GRAY, B. Constructing a climate change logic: An institutional perspective on the “tragedy of the commons”. **Organization Science**, v. 24, n. 4, p. 1014–1040, 2013. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2153988>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- AZADEGAN, A.; NAPSHIN, S.; OKE, A. The influence of R&D partnerships on innovation in manufacturing firms: The moderating role of institutional attachment. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 33, n. 3, p. 248–274, 2013. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/01443571311300755>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- BODE, I. Processing Institutional Change in Public Service Provision: The Case of the German Hospital Sector. **Public Organization Review**, v. 13, n. 3, p. 323–339, 2013. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11115-012-0201-z>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- BREMBERG, N.; BRITZ, M. Uncovering the Diverging Institutional Logics of EU Civil Protection. **Cooperation and Conflict**, v. 44, n. 3, p. 288–308, 2009. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.835.1026&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- CABANTOUS, L.; GOND, J.-P.; JOHNSON-CRAMER, M. Decision Theory as Practice: Crafting Rationality in Organizations. **Organization Studies**, v. 31, n. 11, p. 1531–1566, 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840610380804>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- CAPUTO, R. Starting with the answers, perceptions about energy system risks. **Environment International**, v. 10, n. 5–6, p. 547–555, 1984. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016041208490062X>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- DERMER, J. D.; LUCAS, R. G. The illusion of managerial control. **Accounting, Organizations and Society**, v. 11, n. 6, p. 471–482, 1986. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0361368286900310>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- DUNN, M. B.; JONES, C. Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical education, 1967-2005. **Administrative Science Quarterly**, n. 55, p. 114–149, 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.2189/asqu.2010.55.1.114>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- DYCK, B. Understanding configuration and transformation through a multiple rationalities approach. **Journal of Management Studies**, v. 34, n. 5, p. 793–823, 1997. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1467-6486.00072>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

- FEJERSKOV, A. M. Contending Logics of Action in Development Cooperation: The Bill and Melinda Gates Foundation's Work on Gender Equality. **The European Journal of Development Research**, v. 29, n. 2, p. 441–456, 2016. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1057/s41287-016-0007-x>>. Acesso em: 08 abr. 2017.
- FLIGSTEIN, N. The Spread of the Multidivisional Form Among Large Firms , 1919-1979. **American Sociological Review**, v. 50, n. 3, p. 377–391, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2095547>>. Acesso em: 07 abr. 2017.
- FLIGSTEIN, N. Markets as Politics : A Political-Cultural Approach to Market Institutions. **American Sociological Review**, v. 61, n. 4, p. 656–673, 1996. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2096398>>. Acesso em: 07 abr. 2017.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing society back in: Symbols, practices and institutional contradictions. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Eds.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 232–266.
- FUENFSCHILLING, L.; TRUFFER, B. The structuratin of socio-technical regimes — Conceptual foundations from institutional theory. **Research Policy**, v. 43, n. 4, p. 772–791, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733313001893>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- GOODRICK, E.; REAY, T. Constellations of Institutional Logics: Changes in the Professional Work of Pharmacists. **Work and Occupations**, v. 38, n. 3, p. 372–416, 2011. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0730888411406824>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- GRANOVETTER, M. S. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness. **The American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481–510, 1985. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2780199>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- GREENWOOD, R. et al. Institutional Complexity and Organizational Responses. **The Academy of Management Annals**, v. 5, n. 1, p. 317–371, 2011. Disponível em: <<https://www.ualberta.ca/-/media/421656032B4D4FFE8AC8099AA0064A83>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- HAMMAN, P. Negotiation and social transactions in urban policies: the case of the tramway projects in France. **Urban Research and Practice**, v. 8, n. 2, p. 196–217, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17535069.2015.1050206>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- HARRISON, P. On the edge of reason: Planning and urban futures in Africa. **Urban Studies**, v. 43, n. 2, p. 319–335, 2006. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1080/00420980500418368>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- HENÖKL, T. E. How do EU Foreign Policy-Makers Decide? Institutional Orientations within the European External Action Service. **West European Politics**, v. 38, n. 3, p. 679–708, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402382.2014.1000652>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- JASKIEWICZ, P. et al. To Be or Not to Be: How Family Firms Manage Family and Commercial Logics in Succession. **Entrepreneurship: Theory and Practice**, v. 40, n. 4, p. 781–813, 2016. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/etap.12146>>. Acesso em: 08 abr. 2017.
- JONES, M.; GRAHAM, J. E. Multiple institutional rationalities in the regulation of health technologies: An ethnographic examination. **Science and Public Policy**, v. 36, n. 6, p. 445–455, 2009. Disponível em: <<https://academic.oup.com/spp/article-abstract/36/6/445/1663392?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- KAY, A. Evidence-Based Policy-Making: The Elusive Search for Rational Public Administration. **Australian Journal of Public Administration**, v. 70, n. 3, p. 236–245, 2011. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-8500.2011.00728.x>>. Acesso em: 16 mai. 2017.

- LEE, M. D. P.; LOUNSBURY, M. Filtering Institutional Logics: Community Logic Variation and Differential Responses to the Institutional Complexity of Toxic Waste. **Organization Science**, v. 26, n. 3, p. 847–866, 2015. Disponível em: <<https://pubsonline.informs.org/doi/10.1287/orsc.2014.0959>>. Acesso em: 08 abr. 2017.
- LESZCZYŃSKA, D.; THÉNOT, M. Institutional logics and practice variation in an agricultural cooperative : results of a Delphi study. **Int. J. Agricultural Resources, Governance and Ecology**, v. 11, n. 3/4, p. 369–386, 2015. Disponível em: <<https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJARGE.2015.074095>>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- LOUNSBURY, M. A tale of two cities: Completing logics and practice variation in the professionalizing of mutual funds. **The Academy of Management Journal**, v. 50, n. 2, p. 289–307, 2007. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20159855>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- MARQUIS, C.; LOUNSBURY, M. Vive La Resistance: Competing Logics and the consolidation of U.S. Community Banking. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 4, p. 799–820, 2007. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/20159891>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- MARSCHOLLEK, O.; BECK, R. Alignment of Divergent Organizational Cultures in IT Public-Private Partnerships. **Business & Information Systems Engineering**, v. 4, n. 3, p. 153–162, 2012. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s12599-012-0213-9>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- OJANSIVU, I.; ALAJOUTSIJÄRVI, K. Inside service-intensive projects: Analyzing inbuilt tensions. **International Journal of Project Management**, v. 33, n. 4, p. 901–916, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026378631400180X>>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- OSTROM, E. A Behavior Approach to the rational choice theory of collective action. **American Political Science Association**, v. 92, n. 1, p. 1–22, 1998. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2585925>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 137–158, 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2646923>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- PERNICKA, S.; REICHEL, A. An institutional logics approach to the heterogeneous world of highly skilled work. **Employee Relations**, v. 36, n. 3, p. 235–253, 2014. Disponível em: <<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/ER-02-2013-0023>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- PINTO, C. F.; SERRA, F. R.; FERREIRA, M. P. A Bibliometric Study on Culture Research in International Business. **Brazilian Administration Review**, v. 11, n. 3, p. 340-363, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-76922014000300340&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Apr. 2019.
- POWELL, W. W. The new institutionalism. In: **The International Encyclopedia of Organization Studies**. Thousand Oaks, Ca.: Sage Publishers, 2007.
- PRADO, J. W. et al. Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968–2014). **Scientometrics**, v. 106, n. 3, p. 1007-1029, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11192-015-1829-6>>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- PURDY, J. M.; GRAY, B. Conflicting logics, mechanisms of diffusion, and multilevel dynamics in emerging institutional fields. **Academy of Management Journal**, v. 52, n. 2, p. 355–380, 2009. Disponível em: <<https://journals.aom.org/doi/10.5465/amj.2009.37308255>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- REAY, T.; JASKIEWICZ, P.; HININGS, C. R. How Family, Business, and Community Logics Shape Family Firm Behavior and “Rules of the Game” in an Organizational Field. **Family Business Review**, v. 28, n. 4, p. 292–311, 2015. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0894486515577513?journalCode=fbra>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

- RICHARDSON, T. Environmental assessment and planning theory: Four short stories about power, multiple rationality, and ethics. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 25, n. 4, p. 341–365, 2005. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195925504001192>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- SCHEDLER, K.; RUEGG-STURM, J. **Multi-rational Management**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- SCHLÜTER, A. Institutional change and qualitative research methodological considerations for institutional economic empirical research. **Journal of Interdisciplinary Economics**, v. 22, n. 4, 2010. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/02601079X10002200405?journalCode=jiea>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- SEAMAN, C.; MCQUAID, R.; PEARSON, M. Networks in family business: a multi-rational approach. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 10, n. 3, 2014. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11365-014-0297-4>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- SINGER, A. E. Meta-rationality and strategy. **Omega**, v. 19, n. 2–3, p. 101–112, 1991. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030504839190019P>>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- SMETS, M.; GREENWOOD, R.; LOUNSBURY, M. An institutional perspective on strategy as practice. In: GOLSORKHI, D. et al. (Eds.). **Cambridge Handbook of Strategy as Practice**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 283–300. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Michael_Lounsbury/publication/281584540_An_institutional_perspective_on_strategy_as_practice/links/55f6cf1708aeba1d9eed8053/An-institutional-perspective-on-strategy-as-practice.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- SMINK, M. et al. How mismatching institutional logics hinder niche-regime interaction and how boundary spanners intervene. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 100, p. 225–237, 2015. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162515002139>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- STAPLES, M.; NIAZI, M. Experiences using systematic review guidelines. **Journal of Systems and Software**, v. 80, n. 9, p. 1425–1437, 2007. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0164121206002962>>. Acesso em: 02 mai. 2017.
- TEIXEIRA, M. G.; ROGLIO, K. D. D.; MARCON, R. Institutional logics and the decision-making process of adopting corporate governance at a cooperative organization. **Journal of Management & Governance**, v. 21, n. 1, p. 181–209, 2017. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10997-016-9340-x>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- THORNTON, P. H.; JONES, C.; KURY, K. Institutional Logics and Institutional Change in Organizations: Transformation in Accounting, Architecture, and Publishing. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 23, n. August, p. 125–170, 2005. Disponível em: <http://patriciathornton.com/wp-content/uploads/2012/02/Thornton_TCI_2005.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- THORNTON, P. H.; OCASIO, W. Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958– 1990. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 3, p. 801–843, 1999. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1086/210361>>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- VASUDEVA, G.; ALEXANDER, E. A.; JONES, S. L. Institutional Logics and Interorganizational Learning in: Technological Arenas : Evidence from Standard-Setting Organizations in the Mobile Handset Industry. **Organization Science**, n. November, p. 1–17, 2014. Disponível em: <<https://pubsonline.informs.org/doi/abs/10.1287/orsc.2014.0940>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- ZHAO, E. Y.; LOUNSBURY, M. An institutional logics approach to social entrepreneurship: Market logic, religious diversity, and resource acquisition by microfinance organizations. **Journal of Business Venturing**, v. 31, n. 6, p. 643–662, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883902616301306>>. Acesso em: 06 abr. 2017.